

24/01/2021  
Promissão01  
21

ÀO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA  
TECNICA (FAETEC)

Ref: Pregão Eletrônico Nº 002/2021

Processo SEI - 260005/002834/2020

**MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 04.312.370/0001-15, com endereço na Av. Automóvel Clube, 2.536, sala 01, Vilar dos Teles - São João de Meriti, RJ - Tel. (21) 3486 0508 e -mail: licitacao@multiplyservicos.com.br, neste ato regularmente representada por seu Sócio Proprietário, Sr. Thiago Pontes de Souza, RG Nº: 21.399.535-0, CPF/MF Nº. 111.548.607-10, com o habitual respeito apresentar

### **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

interposto por TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS, já devidamente qualificada nos autos do pregão.

### **DA TEMPESTIVIDADE**

Inicialmente, cabe destacar que nos termos do inciso XVII do art. 4º da Lei 10.520/2002, cabe recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias úteis e em igual prazo os demais licitantes tem para apresentar suas contrarrazões.



Portanto, após a notificação da razoante, esta teria até o dia 24/01/2022 para interpor recurso, razão pela qual é tempestiva as contrarrazões.

### **DO OBJETO DESSAS CONTRARRAZÕES**

Alega a Recorrente, em apertada síntese, que ofertou a proposta mais vantajosa com documentação impecável para habilitação, bem como proporcionou ao órgão contratante a chance de satisfazer o interesse público homenageando o princípio da eficiência e da legalidade.

A empresa Recorrente em suas Razões alega de forma resumida que:

- Foi inabilitada por um pequeno erro material na planilha de custos e preços, tratando se de vício sanável a ser resolvido por simples diligencia.

Ocorre que, como veremos adiante, as Razões do recurso interposto pela recorrente não devem prosperar, e tem estas Contrarrazões o objetivo de afastar de maneira contundente e de forma irrefutável tais retenções, pois descabidas fática e juridicamente, além do objetivo claro da empresa Recorrente em induzir este julgador em erro, objetivando criar confusão ao presente certame.

### **DAS CONTRARRAZÕES FÁTICAS E JURÍDICAS**

Preliminarmente é imperioso destacar que a licitação é um procedimento administrativo, composto de atos ordenados e legalmente previstos, mediante os quais a Administração Pública busca selecionar a proposta mais vantajosa.



Todavia, cada um dos seus atos devem ser conduzidos em estrita conformidade com os princípios constitucionais e os parâmetros legais.

Neste sentido, elucidamos as palavras do renomado Hely Lopes Meirelles, vejamos:

“A escolha da proposta será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhes são correlatos.”[1]

De pronto, concluímos que não há como se falar em proposta mais vantajosa como a Recorrente quer denotar, que não esteja em consonância com as normas do edital e os princípios que regem a licitação. Assim, veremos pontualmente que a recorrente não apresentou a proposta mais vantajosa, bem como não atendeu as exigências do edital.

Ao suscitar que a decisão proferida pelo pregoeiro é inválida sem a presença do *amicus curiae*, além de afirmar que a figura da pregoeira não possui competência para analisar as condições de habilitação, a recorrente incide em erro grave de conhecimento acerca das competências do pregoeiro.

O Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, dispõe no artigo 17, o seguinte:

“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

II – Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

V – Verificar e julgar as condições de habilitação;

VII – receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII – indicar o vencedor do certame; [2] (grifamos)”

Mediante a simples leitura do supracitado artigo, resta cristalino os poderes designados aos pregoeiros, que entre outras competências, esta incumbido de verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital.

No mais, o parágrafo único do referido artigo, dispõe que “o pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.”

Ora, resta claro que o pregoeiro PODERÁ solicitar manifestação técnica. Logo, conclui-se que, a presença do *amicus curiae* não é obrigatória.

Tal afirmação corrobora com o próprio recurso da empresa Recorrente quando menciona o item 20.1 do edital, onde é *hialina* a não obrigatoriedade, sendo, portanto, facultativo, ou seja, não é obrigatório.



Ademais, apesar de possuir os poderes questionados pela recorrente, em consulta atenta aos documentos que compõem o certame, é possível detectar uma série de inconformidades nos lotes participantes, o Recorrente não apresentou o acervo técnico do administrador solicitado no item 12.5.2.1 do Edital, as certidões de tributos municipais existem débitos parcelados, seu contrato de prestação de serviços não está autenticado.

A verdade é que a empresa Recorrente, busca uma interpretação duvidosa do edital a qual encontra -se vinculada, já que não cumpre com uma série de exigências do edital que não o habilita para execução dos serviços.

Diga -se de passagem, que não apenas ela, mas também os demais participantes do certame e a própria Administração, conforme reza a Lei de Licitações, vejamos:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;” (grifamos).

Nesse sentido, destacamos as lições da ilustre Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

“Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital.

O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I)."[3] (grifamos).

Assim, ainda em consulta à doutrina acerca da temática, relembremos as palavras de Hely Lopes Meirelles, segundo o qual definiu que o edital "é lei interna da licitação" e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.

Frisa -se, mais uma vez que, inexistente proposta mais vantajosa sem o cumprimento das normas edilícias. Outrossim, revela -se perceptível que a recorrente não apresentou a documentação exigida no edital e a fim de cobrir sua ausência de atenção e diligência ante a preparação dos documentos correlatos ao pregão, busca desmerecer a decisão do pregoeiro.

Aqui, a Recorrente assevera erros materiais de sua planilha dos quais poderiam ser sanadas em diligência, no entanto tal fato se torna acessório ao descumprimento dos outros itens enumerados acima.

Portanto, tal argumento encontra -se rechaçado.

No entanto se faz necessário esclarecer que a justificativa do Recorrente em imputar erros na planilha da Empresa Recorrida, mais uma vez se desmonta, sendo

demonstrado neste Recurso a intenção clara da Recorrente em criar confusão ao certame por ter sido inabilitada.

Com relação a alegação da empresa Multiply acostar convenção Coletiva de trabalho distinta, cabe demonstrar mais uma vez que o Recorrente se equivoca na medida que estamos falando de vigia desarmado e não vigilante, estando o referido item em total acordo com a CCT apresentada.

Existem de forma clara a diferença Vigia: é o profissional que desempenha atividades de vigiar as dependências das indústrias, dos comércios ou das residenciais. Vigilante: requer curso de formação em academia. Atua em segurança privada, vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada e segurança pessoal.

Com relação a alegação de manobra ardilosa imputada a empresa Recorrente, nota-se que a empresa Recorrida de forma grosseira não tem o entendimento de validade, a partir do momento que a certidão apresentada do Município do Rio de Janeiro está válida conforme provado no processo licitatório, não havendo nenhuma ilegalidade ou ferimento as regras da presente licitação.

Conforme consta na documentação encaminhada a V.Sas. o município de São João de Meriti emitiu alvará contendo inscrição municipal, todavia a mesma foi constou com a numeração, haja vista que foi emitido com o número do CNPJ no lugar da inscrição municipal.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DE MERITI  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA



**ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO DEFINITIVO**

O Prefeito de São João de Meriti autoriza a emissão de licença para estabelecimento a:

Nome da Empresa

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

Nome Fantasia

Endereço da Empresa

AV AUTOMOVEL CLUBE, 02536 , SALA:1 – VILAR DOS TELES – CEP: 25561170

Número da Inscrição Municipal

04312370000115

Número do Processo

87100000044261

CNPJ da Empresa

04.312.370/0001-15

Classificação de Risco: Regra de Risco Estadual

Classificação de risco das atividades abaixo: [1] Atividade de baixo risco B. | [2] Atividade de baixo risco A – Dispensada de Licenciamento.

Assim foi efetuado protocolo com solicitação da retificação da inscrição municipal, ante a constatação do erro do município de São João de Meriti, que atualmente consta em análise.

BRASIL	Redesim Barra GovBr	ÁREA DO USUÁRIO
JUCERJA	30V.BRJ)	

### Acompanhamento de Viabilidade e Legalização

Nº do Protocolo	8710000044261
Situação	PENDENTE DE AVALIAÇÃO (OUTRAS INSTITUIÇÕES)
Data de Atualização	22/12/2021
Data de Constituição	03/11/2021
CNPJ	04.312.370/0001-15
NIRE/Matricula	33211349949
Nome da Empresa	MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
Município	SAO JOAO DE MERITI
Nº Viabilidade	RJP2100140209
Número de Inscrição	
Alvará Prefeitura	58977
Cadastro Imobiliário	04312370000115
Cadastro Mobiliario	
Alvará VISA	

Observa-se que a Licitante encaminhou a certidão até o período de 11/2021, inerente ao município do Rio de Janeiro, momento da mudança de endereço da

empresa para o município de São João de Meriti. Salienta-se ainda que o alvará do município de São João de Meriti foi emitido em 03/11/2021.

O edital prevê que:

### **12.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**12.3.1** Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados conforme o caso, os seguintes documentos:

**c.3) Fazenda Municipal:** apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de Inscrição Municipal;

O referido edital não prevê a apresentação de inscrição municipal e sim a apresentação de certidões, que no caso em tela foram devidamente apresentadas, não há previsão no edital de inabilitação.

Destaca-se que a licitante possui inscrição municipal

A esse propósito, importante destacar o entendimento externado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª região:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE EMPRESA. CUMPRIMENTO DO EDITAL. Não havendo o cumprimento das exigências e requisitos do edital, não se verifica a existência de irregularidade, ilegalidade ou inconstitucionalidade no ato praticado pelo agravado, não existindo nos autos elementos capazes de afastar a presunção de legitimidade do ato administrativo impugnado, motivo pelo qual deve ser mantida a decisão recorrida na forma em que foi proferida, pelos seus próprios fundamentos. (TRF4, AG 5015689-59.2014.404.0000, TERCEIRA TURMA, Relator FERNANDO

QUADROS DA SILVA, juntado aos autos em 04/09/2014).  
(grifado)

O art. 64 da Lei 14.133/2021 prevê que:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

O parágrafo 1º do art. 68 da referida lei prevê a substituição ou supressão do documento, havendo a comprovação de regularidade.

Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**§ 1º Os documentos referidos nos incisos do caput deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em**

**parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.**

§ 2º A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do caput deste artigo deverá ser feita na forma da legislação específica.

Assim, resta plenamente comprovada a regularidade fiscal da empresa licitante junto ao município de São João de Meriti, todavia, ante a um erro material do próprio município ao gerar o alvará definitivo, resta claro ser sanável, conforme previsto no art. 68 da Lei 14.133/2021, tendo em vista que não estamos falando de uma nova constituição de empresa, e sim de alteração contratual, onde existe a regularidade em suas certidões, sendo sanada a inscrição municipal pelo próprio município, tratando-se de fato alheio à vontade da empresa.

Fica evidente diante das razões expostas no presente Recurso que o Recorrente além de não ter razão em suas exposições recursais, tenta de maneira torpe e vazia de argumentos induzir esta Ilustríssima Comissão julgadora em erro com o objetivo claro de criar confusão no certame.

A empresa Multiply atendeu todos os requisitos necessários para se sagrar vencedora do certame com melhor preço e total respeito às regras do Edital, assim não há de se falar em inabilitação da Recorrida, fato este diverso da Recorrente que não cumpriu com requisitos básicos de apresentação de documentos e falhas grotescas em sua planilha de custos e preços, demonstrando total inabilidade na condução do processo licitatório.

### **DOS PEDIDOS**

Conforme os fatos e argumentos apresentados nestas CONTRARRAZÕES RECURSAIS, solicitamos como lídima justiça que:

A – A peça recursal da recorrente seja conhecida para, no mérito, ser INDEFERIDA INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos;

B – Seja mantida a decisão do Douto Pregoeiro, declarando a desclassificação da empresa TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS, conforme motivos já expostos pela flagrante ausência de documentação exigida expressa e objetivamente no edital;

C – Caso a Douto Pregoeiro opte por não manter sua decisão, REQUEREMOS que, com fulcro no Art. 9º da Lei 10.520/2002 C/C Art. 109, III, § 4º, da Lei 8666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

P. Deferimento.

Rio de janeiro 24 de janeiro de 2022

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

Sócio

RG 213995350 DIC/RJ  
CPF 111.548.607-10

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA.

Av. Automovel Clube, 2536 - Sala 1  
Vilar dos Telles - CEP 25561-170  
São João de Meriti - RJ

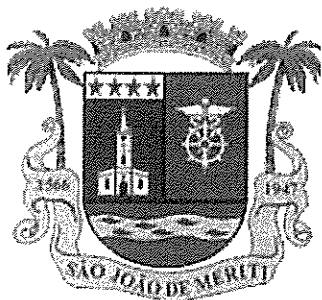
[1] MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: RT, 1990, p. 23.

[2] [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm)

[3] PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 299.

[4] <https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1179564174/apelacao-civel-ac-10374805220198260576-sp-1...>

[5] [http://www.abifina.org.br/arquivos/legislacao/resolucao\\_rdc\\_n\\_16\\_de\\_1\\_de\\_abril\\_de\\_2014.pdf](http://www.abifina.org.br/arquivos/legislacao/resolucao_rdc_n_16_de_1_de_abril_de_2014.pdf)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DE MERITI  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA



ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO DEFINITIVO

O Prefeito de São João de Meriti autoriza a emissão de licença para estabelecimento a:

Nome da Empresa  
MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

Nome Fantasia

Endereço da Empresa  
AV AUTOMOVEI CLUBE, 02536 , SALA:1 – VILAR DOS TELES – CEP: 25561170

Número da Inscrição Municipal 04312370000115	Número do Processo 87100000044261	CNPJ da Empresa 04.312.370/0001-15
---	--------------------------------------	---------------------------------------

Classificação de Risco: Regra de Risco Estadual

Classificação de risco das atividades abaixo: [1] Atividade de baixo risco B. I [2] Atividade de baixo risco A – Dispensada de Licenciamento.

Atividade Econômica Principal  
6319400 [2] – PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET

Atividades Secundárias  
6190699 [2] – OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE  
6204000 [2] – CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
7733100 [2] – ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO  
7739099 [2] – ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR  
7810800 [2] – SELEÇÃO E AGENCIAMENTO DE MÃO-DE-OBRA  
7820500 [2] – LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA  
8111700 [2] – SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, EXCETO CONDOMÍNIOS PREDIAIS  
8121400 [2] – LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS  
8211300 [2] – SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO  
8220200 [2] – ATIVIDADES DE TELETENDIMENTO  
8299799 [2] – OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE  
8660700 [2] – ATIVIDADES DE APOIO À GESTÃO DE SAÚDE  
9609299 [1] – OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

Data de Emissão 03/11/2021	Data do Início da Atividade 24/10/2019
-------------------------------	---

Observação



A handwritten signature or mark located in the bottom right corner of the page.

Alvará gerado automaticamente nos termos da Resolução Estadual - COGIRE 05/2020.



## Acompanhamento de Viabilidade e Legalização

Nº do Protocolo

87100000044261

Situação

PENDENTE DE AVALIAÇÃO (OUTRAS INTITUIÇÕES)

Data de Atualização

22/12/2021

Data de Constituição

03/11/2021

CNPJ

04.312.370/0001-15

NIRE/Matrícula

33211349949

Nome da Empresa

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

Município

SAO JOAO DE MERITI

Nº Viabilidade

RJP2100140209

Número de Inscrição

Alvará Prefeitura 58977

Cadastro Imobiliário

04312370000115

Cadastro Mobiliario

Alvará VISA

## Eventos

Código	Descrição
209	Alteração de endereço entre municípios dentro do mesmo estado

VIABILIDADE

RESPOSTA DAS ANÁLISES

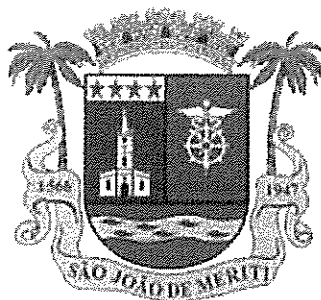
XML

Passo a passo para a Pessoa Jurídica (<http://www.redesim.gov.br/passo-a-passo>)

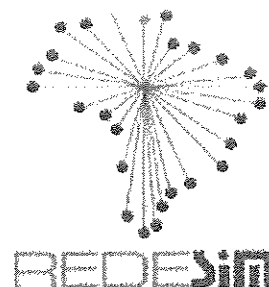
Consultas CNPJ (<http://www.redesim.gov.br/consultas-cnpj>)

Consulta de Processo REGIN (CON\_ViabilidadeSelecaoExterno.aspx)

2021 PORTAL REGIN. Todos direitos reservados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DE MERITI  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA



ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO PROVISÓRIO

O Prefeito de São João de Meriti autoriza a emissão de licença para estabelecimento a:

<b>Nome da Empresa</b> MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA		
<b>Nome Fantasia</b>		
<b>Endereço da Empresa</b> AV AUTOMOVEL CLUBE, 02536 , SALA:1 – VILAR DOS TELES – CEP: 25561170		
<b>Número da Inscrição Municipal</b> 58977	<b>Número do Processo</b> 87100000044261	<b>CNPJ da Empresa</b> 04.312.370/0001-15

**Classificação de Risco:** Regra de Risco Estadual

**Classificação de risco das atividades abaixo:** [1] Atividade de baixo risco B. I [2] Atividade de baixo risco A – Dispensada de Licenciamento.

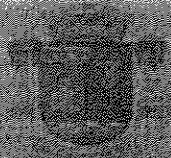
<b>Atividade Econômica Principal</b> 6319400 [2] – PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET		
<b>Atividades Secundárias</b> 6190699 [2] – OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE 6204000 [2] – CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 7733100 [2] – ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO 7739099 [2] – ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR 7810800 [2] – SELEÇÃO E AGENCIAMENTO DE MÃO-DE-OBRA 7820500 [2] – LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA 8111700 [2] – SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, EXCETO CONDOMÍNIOS PREDIAIS 8121400 [2] – LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS 8211300 [2] – SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO 8220200 [2] – ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTO 8299799 [2] – OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE 8660700 [2] – ATIVIDADES DE APOIO À GESTÃO DE SAÚDE 9609299 [1] – OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE		
<b>Data de Emissão</b> 03/01/2022	<b>Data do Início da Atividade</b> 24/10/2019	<b>Validade</b> 03/04/2022

<b>Observação</b> O requerente poderá retirar o Alvará Provisório, visto que o mesmo anexou o protocolo do Corpo de Bombeiros. Fiscal : Danielle Mat. 8508
--

19



*[Handwritten signature]*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE MERITI  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA

GOVERNO QUE CUIDA DA GENTE

CERTIDÃO NEGATIVA DE ISS

Nº: 3 / 2022

INSCRIÇÃO 58977	CONTRIBUINTE MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA	DATA DE ABERTURA 03/11/2021
ENDEREÇO AUTOMOVEL CLUBE Nº 02536 SALA:1		
BAIRRO VILAR DOS TELES	CIDADE São João de Meriti	ESTADO RJ
CPF/CNPJ 04.312.370/0001-15		
ATIVIDADE Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet		

Certificamos para os devidos fins, com fulcro nas bases de dados informatizadas e integradas do sistema de processamento de dados da Prefeitura de São João de Meriti, **NÃO CONSTAM PENDÊNCIAS FISCAIS** em nome da EMPRESA acima indicada, no âmbito desta Secretaria, até 11/2021

A presente certidão não afasta o direito da Fazenda Pública de São João de Meriti de cobrar quaisquer débitos de responsabilidade do contribuinte supramencionado que vierem a ser apurados, conforme preceitua o art. 205 da Lei Federal nº. 5172 de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, sejam eles decorrentes de lançamento ou apuração posterior a presente certidão, ou decorrentes da inexistência da informação prestada pelo contribuinte ou, ainda, do restabelecimento da exigibilidade do crédito tributário, inclusive quando objeto de acordo de parcelamento.

Esta certidão tem prazo de validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua emissão.

São João de Meriti, 3 de janeiro de 2022.

Superintendente de Dívida Ativa

Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFA  
Osmarina Patrício da Rocha  
Secretária Municipal de Fazenda  
Matr.: 20.425

OBSERVAÇÕES DAM Nº53265926
-------------------------------

Atenção: Consulte a autenticidade deste documento no site da prefeitura: [www.meriti.rj.gov.br](http://www.meriti.rj.gov.br)

Endereço: Rua São João, 100 - Centro  
Município: São João de Meriti - RJ - Brasil  
CEP: 21.270-200  
Telefone: (21) 2537-1221 / 2537-1222





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROTOCOLO DE ASSUNTOS FAZENDARIOS - SEMFAP

PROCESSO: 793

/2021.22

ASSUNTO:

*certidão negativa de dívidas  
a favor*

REQUERENTE: *MARILYN S. DA*

*MANUTENÇÃO 2009*

SITE: WWW.MERITI.RJ.GOV.BR

*XP*